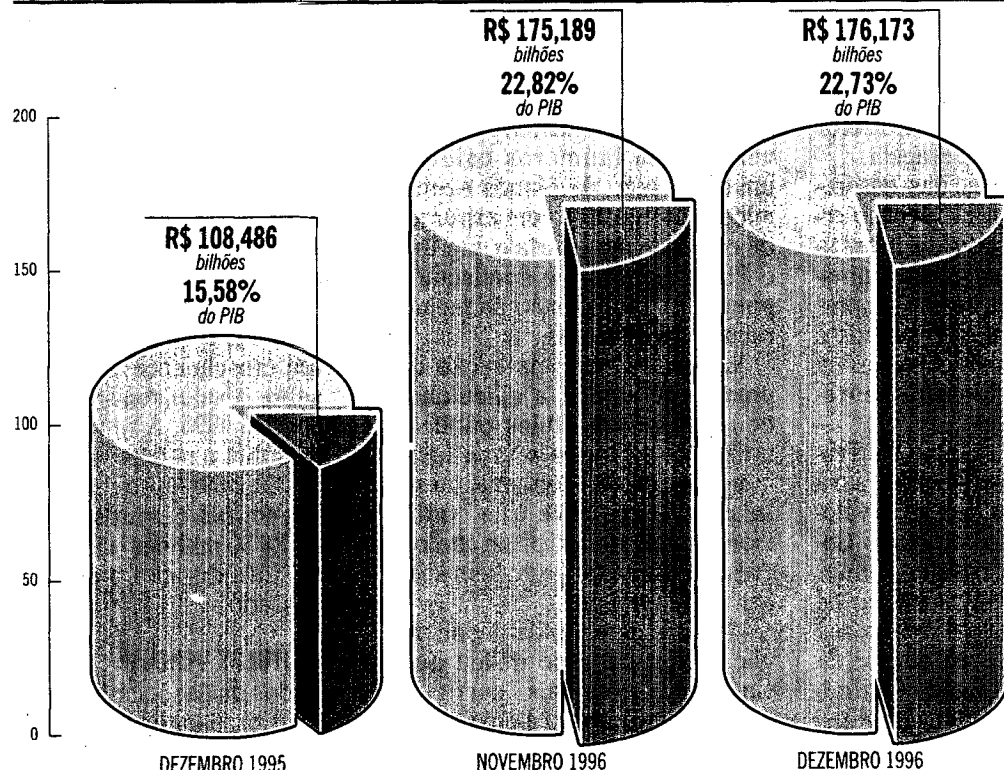


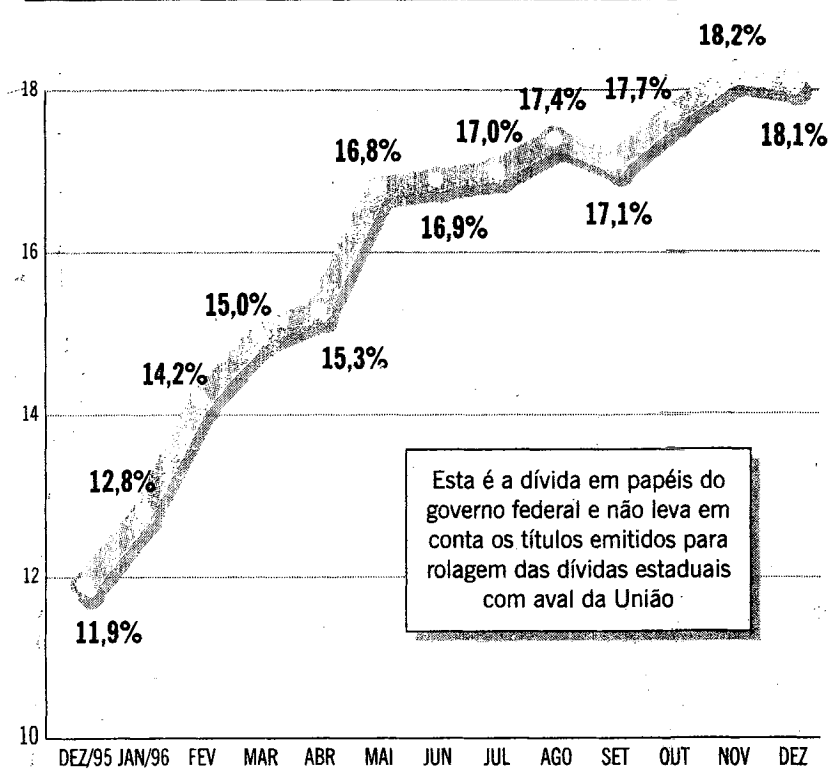
A BOLA DE NEVE DAS CONTAS PÚBLICAS

DÍVIDA MOBILIÁRIA FEDERAL*



FONTE: Banco Central *Dívida em títulos. Inclui as emissões para rolagem das dívidas dos estados

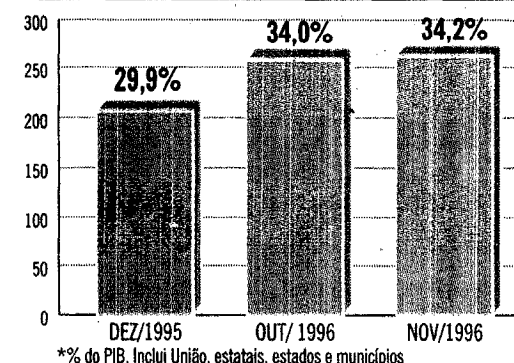
A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA



FONTE: Banco Central

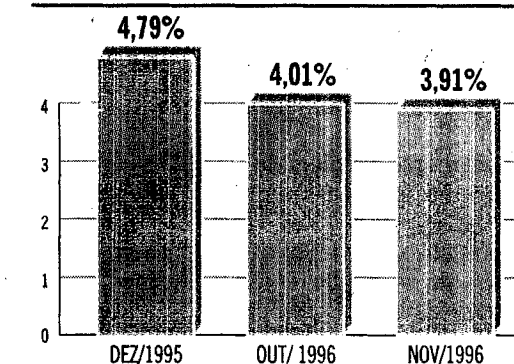
Esta é a dívida em papéis do governo federal e não leva em conta os títulos emitidos para rolagem das dívidas estaduais com aval da União

QUANTO O SETOR PÚBLICO DEVE*



*% do PIB. Inclui União, estados e municípios

DÉFICIT OPERACIONAL*



*% do PIB. Inclui pagamento de juros de dívida e exclui correção monetária

Uma dívida que cresce e assusta

Governos gastaram R\$ 40 bilhões com o pagamento de juros entre janeiro e novembro de 96

Adriana Chiarini

BRASÍLIA

Custou caro ao Governo ter socorrido o sistema financeiro, ao longo do ano passado, e mantido uma política monetária restritiva, com taxas de juros elevadas. Essas políticas e a expressiva entrada de dólares no país são as principais causas do aumento de 62,4% na dívida mobiliária (em títulos) do Governo federal em 1996. A dívida cresceu R\$ 67,687 bilhões, passando de R\$ 108,486 bilhões, em dezembro de 1995, para R\$ 176,173 bilhões no fim do ano passado. Em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), passou de 15,58% para 22,73%. A dívida efetiva, que não inclui os títulos do Banco Central emitidos em troca de papéis estaduais, cresceu 69,2% no ano, atingindo R\$ 140,148 bilhões (18,1% do PIB).

Desde o lançamento do Plano Real, em julho de 1994, a dívida mobiliária já aumentou 195,97%. Naquele mês, estava em R\$ 59,523 bilhões. A velocidade de crescimento da dívida preocupa economistas como Vito Tanzi, do Fundo Monetário Internacional (FMI), que já alertou o Governo sobre os riscos de o crescimento excessivo da dívida comprometer o programa de estabilização.

A dívida total das instituições financeiras com o Banco Central — sem incluir os títulos trocados por dívidas estaduais — aumentou 233% no ano passado, até novembro: de R\$ 8,915 bilhões em dezembro de 1995 para R\$ 29,716 bilhões. Empréstimos como os R\$ 6,5 bilhões do Proer para o Econômico ou a liberação de cerca de R\$ 5,9 bilhões pelo redesconto (empréstimos de um dia aos bancos) em novembro e R\$ 4,6 bilhões em julho não

eram previstos pelo Governo no início do ano passado e ajudaram a estourar as contas públicas.

Para regular a quantidade de dinheiro em circulação e compensar a entrada no mercado do dinheiro desses empréstimos, foram emitidos títulos públicos, aumentando a dívida mobiliária. O mesmo processo foi necessário para compensar a entrada de recursos do exterior: emitiu-se papel em reais para enxugar os dólares que entravam.

O custo com juros também pesou no aumento da dívida, apesar da política de redução gradual das taxas iniciada no ano passado. De janeiro a novembro, o setor público teve que arcar com juros

de R\$ 40,802 bilhões. Desse total, R\$ 20,635 bilhões foram de responsabilidade do Governo federal e R\$ 15,366 bilhões dos estados e municípios. Mesmo descontando a inflação, os juros atingiram valores altos: R\$ 26,982 bilhões no total, sendo R\$ 14,642 bilhões do Governo federal.

Além desses motivos para o aumento da dívida, o chefe do Departamento Econômico do BC, Altamir Lopes, citou o lançamento de títulos para a capitalização de R\$ 8 bilhões do Banco do Brasil em março, feita quase totalmente pelo Tesouro Nacional, e a necessidade do Tesouro de captar recursos para suas despesas por meio dos títulos.

Lopes explicou que operações como a de capitalização do Banco do Brasil aumentam a dívida pública, mas só influem no déficit indiretamente, pelo custo dos juros, porque como o dinheiro sai do Tesouro e vai para uma estatal não há impacto no déficit do setor público como um todo.

A dívida líquida do setor público, que inclui as dívidas interna e externa dos governos federal, estaduais e municipais e das estatais cresceu 26% até novembro do ano passado, passando de R\$ 208,443 bilhões (29,9% do PIB) para R\$ 262,733 bilhões (34,2% do PIB).

Desse total, R\$ 13,478 bilhões se referem a dívidas transferidas de uma parte para outra do setor público. Entre essas operações está a emissão de títulos de R\$ 1,118 bilhão pelo Tesouro para a Rede Ferroviária Federal (RFFSA) pagar dívidas com o Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS). Descontando esse tipo de operação, a dívida líquida ficou em R\$ 249,254 bilhões (32,5% do PIB), que é o chamado conceito fiscal.

O déficit público, a diferença entre o que o Governo paga e o que arrecada, deve fechar 1996 muito acima das previsões da equipe econômica. Sem contar os juros, as contas ficam praticamente equilibradas. O Governo federal teve superávit primário de R\$ 2,976 bilhões (0,44% do PIB) e as estatais, de R\$ 2,057 bilhões (0,30% do PIB), enquanto estados e municípios tiveram déficit de R\$ 5,043 bilhões (0,74% do PIB). No conceito operacional, que inclui juros mas não considera a inflação, o déficit ficou em 3,91% do PIB até novembro. ■

TRADUZINDO O ECONOMÊS

O salto dos déficits interno e externo

• Por mais que o Governo diga que não está preocupado com os déficits públicos — o interno e o externo — os resultados que vêm sendo divulgados sobre o fechamento das contas de 96 mostram que houve um certo descontrole na administração da economia. Quando o Governo gasta mais do que arrecada, ele tem duas saídas. Ou fabrica moeda para financiar o déficit ou vende títulos, endividando-se junto ao público. Como a emissão de moeda acarreta inflação, a opção tem sido vender papéis às instituições financeiras. Foi esse endividamento em papéis que deu um salto de mais de R\$ 60 bilhões no ano passado, crescendo 62% num exercício em que a

inflação girou em torno dos 10%. Segundo o Governo, o Tesouro teve que se endividar para ajudar os bancos; retirar moeda da economia, devido à entrada de dólares, e pagar os juros da própria dívida interna. No que diz respeito à entrada de dólares, existe uma relação estreita entre o déficit externo e o interno. O Governo toma dinheiro lá fora para financiar o déficit cambial. Esse dinheiro entra na economia e tem que ser retirado com a venda de títulos, ou seja, dívida interna. A dívida externa, portanto, se transforma numa dívida interna cada vez maior. E os juros pagos lá fora acabam se transformando em juros a serem pagos aqui dentro.

• ECONOMISTAS: ENDIVIDAMENTO É O GRANDE PROBLEMA DO REAL na página 24